

# **ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: ABORDAGENS DA PROBLEMÁTICA ATUAL**

Autora: DINIZ, Ana Maria C. Almeida  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB  
e-mail: ana\_diniz\_4@hotmail.com

## **1 – RESUMO**

O presente artigo objetiva promover uma reflexão sobre o que deve ser prioridade nas aulas de Língua Portuguesa, buscando compreender que metodologia promove o conhecimento significativo do estudo da linguagem. No primeiro capítulo, analisaremos alguns entraves ao ensino de língua materna proporcionado por uma abordagem tradicional da gramática normativa, na qual o professor assume a função de transmissor de regras, presentes em enunciados descontextualizados. Tais regras estão associadas a nomenclaturas que devem ser memorizadas e sua aplicação por parte do aluno segue o mesmo procedimento sem a necessidade de inferência dele. Como segundo passo, abordaremos um ensino de língua que inclui gêneros textuais e observações acerca das variações lingüísticas. Essa segunda propõe uma interação entre o estudo do sistema lingüístico e os textos em que são aplicados, compreendendo que os elementos presentes no sistema possuem uma função semântica dentro dos textos, sejam eles orais ou escritos. A abordagem do tema é relevante porque tem o objetivo de rever a prática de alguns docentes, pois ainda é possível perceber a persistência de práticas tradicionais quanto ao ensino de língua, nas qual são priorizadas apenas a normatização gramatical. A partir de tais reflexões, propomos algumas sugestões para que o ensino de língua tenha como objetivo desenvolver as competências comunicativas dos alunos, possibilitando a eles uma nova visão sobre a língua materna para que possam refletir sobre sua utilização em diferentes contextos comunicativos, para isto, utilizaremos como base teórica textos escritos por Bagno e Travaglia, tendo ainda o suporte teórico de outros pesquisadores da área.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRÁTICA DOCENTE, GRAMÁTICA, LÍNGUA MATERNA.

## **A PROBLEMÁTICA DE UM ENSINO DESCONTEXTUALIZADO**

O ensino de língua materna ainda se constitui em um tema gerador de preocupação e de muitas discussões por parte dos especialistas, mas, apesar dos estudos realizados para melhorar esse contexto, percebe-se que o ensino de língua ainda não teve um avanço satisfatório nos últimos vinte anos, pois se pode inferir que, na boa parte das instituições escolares, essa prática de ensino objetiva apenas a apreensão das regras da gramática

normativa, consistindo em um ensino que prescreve as regras da norma culta como única opção para realização do que chama “uso correto” da língua falada e/ou escrita.

Conforme o exposto Bagno afirma que (2001, p.09):

Ensinar português significa, na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto interminável de prescrições sintáticas consideradas corretas, impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade lingüística real, cobrar o conhecimento (ou melhor, a decoreba inútil) de uma nomenclatura falha e incoerente, junto com definições contraditórias e incompletas.

Desde as séries iniciais, alguns docentes procuram fazer com que a criança tenha contato com as regras gramaticais, quando muitas nem assimilaram a leitura propriamente dita, dessa forma, elas não terão facilidade em compreender estas regras. Isso mostra que, desde cedo, há uma tentativa de moldar a expressão oral e escrita do aluno de acordo com a norma padrão, considerada a mais correta e aceita socialmente.

Deste modo, torna-se evidente a imposição do padrão culto da língua, que na maioria das vezes, discrimina a fala do educando, desvalorizando e taxando como “errado” os demais dialetos e variações que a língua pode apresentar. Essa forma de não aceitação da variação lingüística traduz-se em uma forma sutil de opressão por ensino gramatical. Essa opressão reprime a expressão oral em sala de aula, esquecendo-se de que o aluno é um ser social e, em seu contexto real, vai encontrar-se com uma variedade de linguagens que não observarão tais regras. Essa repressão impõe ao aluno o dever de possuir dois estilos de linguagem, uma para as aulas de língua portuguesa e outra para as demais aulas e outras situações cotidianas. Se para um adulto tal prática é complexa, então avaliemos o exercício dessa prática para uma criança. Dessa forma, é possível inferir o que a disciplina de Língua Portuguesa representa para o aluno.

Tal discussão gera nos professores de língua materna uma dúvida: Deve-se, então, abandonar o uso da gramática normativa em sala de aula?

Deve-se considerar que ainda estamos inseridos em um contexto social que prima, em algumas situações, pelo uso da língua adequada às regras presentes nessa gramática. Em tais situações, o indivíduo demonstrar competência nessa linguagem ainda significa ter uma boa escolaridade e ser detentor do conhecimento, elevando-o a um status que o desvie de uma série de preconceitos. Portanto, ainda há a necessidade do desenvolvimento dessa variedade, mas não como a única opção viável ao ‘bom’ desempenho lingüístico. Deve-se ir além,

refletir sobre a prática deste ensino e procurar soluções que visem tornar este ensino dessa gramática mais significativo e prático para que os estudantes possam utilizar essa variação nas situações para as quais é proposta.

### **QUAL SERIA O OBJETIVO DO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA?**

Durante as aulas do ensino de língua materna, os professores se deparam com o questionamento: Por que dar aula de língua portuguesa a falantes nativos?

Como mencionado anteriormente, o método utilizado pela maioria das instituições são apresentados de modo a não responderem tal curiosidade dos falantes, sendo o próprio facilitador incapaz de refletir de forma coerente sobre esse questionamento.

Nas primeiras aulas de Língua Portuguesa, ministradas nas turmas de 3º Ano do Ensino Médio, percebemos que, em séries anteriores, o ensino de língua materna atendia ao contexto apresentado no primeiro capítulo.

Os alunos apresentavam dificuldades em elementos básicos relacionados à compreensão, interpretação e produção textual. Tais alunos demonstravam conhecimento sobre nomenclaturas e, por não as mencionarmos com frequência, questionavam sobre quando terão aulas de gramática. No início, foi necessário esse esclarecimento de que estudar os elementos lingüísticos e sua função em enunciados é estudar gramática.

Buscamos através das aulas aproximar o ensino de gramática à prática de utilização, isso fez com que os alunos encontrem significação nesse ensino e, conseqüentemente, motivação, disposição para as aulas de língua portuguesa.

Ensinamos que apreender uma língua não significa apenas apreender um conjunto de regras, um conjunto de elementos lexicais e sim saber interagir com tais elementos a fim de construir enunciados diversos, adequados a cada situação. Tal interação do falante com as diversas variedades e capacidade de adequação das mesmas constitui o que Travaglia chama “competência”.

Para responder a questão que inicia o capítulo, Travaglia (2006, p. 32) justifica que o objetivo de ensinar língua materna, é para desenvolver a *competência comunicativa* dos usuários da língua. De acordo com o autor, o indivíduo deve estar apto para utilizar a língua nas mais diferentes situações comunicativas. Bagno (2002, p. 56) acrescenta ainda que a sala de aula deve deixar de ser local de estudo exclusivo das variedades de maior prestígio social para se transformar num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de uso.

Nós, bolsistas do PIBID e professora supervisora, buscamos metodologias que visem o desenvolvimento da competência comunicativa defendida por Travaglia que remete a duas outras competências: a gramatical ou lingüística e a textual. A primeira competência citada considera a capacidade de um falante com base nas regras gramaticais gerar um número infinito de frases, enquanto que a competência textual é a habilidade que o usuário da língua tem de produzir e compreender textos bem elaborados, valendo-se de seu conhecimento textual, que segundo Charolles apud Travaglia (2006, p. 18) seria as seguintes capacidades: formativa (avaliar a formação do texto), transformativa (reformular, transformar o texto) e qualitativa (determinar e classificar tipologia do texto).

Para que possa ser alcançada a concretização de tais capacidades propostas por Travaglia é necessário que possibilitemos um contato maior do aluno com os diversos gêneros textuais, não com o pretexto de utilizar frases isoladas para aplicar nomenclaturas, mas para que ele leia e compreenda a função que os elementos possuem dentro do texto e que sua utilização é coerente com a intencionalidade do que se quer comunicar. Dessa forma, o aluno adquire habilidades de leitura e produção de textos escritos e orais, pois proporcionamos abertura para produção oral quando, através de nossa prática e discursos, valorizamos as variedades lingüísticas.

Outro apontamento para temática levado em consideração em nossas aulas de língua portuguesa é tratado por Travaglia (2006, p.20) que considera que é também um dos objetivos do ensino de língua materna levar o aluno ao conhecimento da instituição social que a língua é, de como esta se constitui e de como funciona. Devemos proporcionar o reconhecimento de que a língua um fator social, o lugar da interação humana, nessa concepção o indivíduo ao utilizar sua língua não somente transmite ao outro seu pensamento, mas também atua sobre o seu interlocutor através de efeitos de sentidos.

Para que o aluno conheça como é constituída e como funciona a língua é importante que o professor proporcione ao aluno uma reflexão sobre a mesma, para que ele não simplesmente aceite regras prontas sem questioná-las, pois em alguns momentos, os estudantes devem estar atentos as definições prontas da gramática visto que algumas delas podem ser falhas. Logo, dessa forma o docente estará contribuindo para um ensino de língua comprometido com uma aprendizagem significativa, fazendo com que os discentes utilizem a metalinguagem, a reflexão sobre a própria língua e não apenas aceite passivamente regras prontas como algo inquestionável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de língua materna praticado em alguns âmbitos escolares trata a língua como um mero objeto de estudo, utilizando apenas o ensino prescritivo da gramática tradicional, ditando regras a serem seguidas sem qualquer reflexão de suas funções, considerando apenas a perspectiva de identificação e classificação dos termos das frases e orações que na sua maioria apresentam-se descontextualizadas.

Para que haja um ensino mais significativo de língua materna o professor deve estar ciente da importância do estudo da linguagem como formação do desempenho das competências comunicativas dos estudantes refletindo sobre os efeitos e as funções que a língua possui.

O ensino contextualizado dos elementos lingüísticos proporciona a maior participação dos alunos nos debates realizados nas aulas de língua portuguesa. Isso ocorre devido ao fato de o aluno realizar uma associação entre os conteúdos e seu contexto comunicativo, fazendo com que esse possa encontrar significação no conhecimento, tornando-o mais atrativo.

## 4 – REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Preconceito lingüístico: O que é, e como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.